

Produção Independente do Audiovisual Brasileiro: uma análise dos editais do FSA nos anos de 2021 e 2022¹

Giulia Silva de FREITAS²
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

RESUMO

Este trabalho investiga as Chamadas Públicas do Fundo Setorial do Audiovisual dos anos de 2021 e 2022. Analisa como o resultado dos editais contribuíram com a produção audiovisual nacional e se os objetivos da política pública de estimular a diversidade e fortalecer as produções regionais foram cumpridos. A pesquisa está ancorada em análise documental composta pelos editais do FSA e documentos publicados pela Ancine. O cenário observado foi de lenta retomada da produção independente brasileira após crise econômica e política.

PALAVRAS-CHAVE: Ancine; Audiovisual; Fundo Setorial do Audiovisual; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O mercado brasileiro de produção audiovisual independente teve rápido desenvolvimento a partir de 2003, compondo um importante setor econômico que passou do faturamento anual de US\$2,1 bilhões em 2009 para US\$4,5 bilhões em 2014, representando, à época, 0,45% do PIB nacional. O fortalecimento da Agência Nacional de Cinema (Ancine), a criação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e a aprovação da Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC - Lei no. 12.485/2011) que instituiu cotas de conteúdo brasileiro nos canais de TV Paga, foram fatores fundamentais na implantação de uma política pública que possibilitou o aumento da participação de obras de produtoras independentes em contextos nacionais e internacionais (MORAIS, 2019. MORAIS; FERREIRA; JAMBEIRO, 2019).

Mas o setor foi um dos que também enfrentou ataques e tentativas de desmontes massivos desde 2016, agravando-se com a paralisação da Ancine, a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e o enfraquecimento de todas as políticas públicas culturais

¹ Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), email: giulia.f3959@ufob.edu.br

em curso. O contexto socioeconômico da pandemia de Covid-19 agravou a situação. As chamadas públicas do FSA para financiamento de novos projetos foram paralisadas sob a alegação de que a Ancine não tinha condições operacionais para acompanhar a prestação de contas dos projetos já em curso e da ausência de recursos financeiros para novos editais (IKEDA, 2021). A reorganização da Ancine e o retorno lento da operacionalização do FSA possibilitaram o lançamento de editais nos anos de 2021 e 2022.

Diante do contexto descrito, emergiu a seguinte questão de pesquisa: as chamadas públicas de investimento dos anos de 2021 e 2022 do FSA cumpriram os seus objetivos de ampliação e diversidade da produção audiovisual independente? A proposta é compreender se a proposta original da política pública - de estimular a produção cinematográfica e videofonográfica nacional, fortalecer a produção independente e as produções regionais, pautadas em inclusão e diversidade, - foi norteadora dos critérios de lançamento das chamadas e se os resultados dos editais refletiram os objetivos e metas do FSA nos dois primeiros anos após sua paralisação.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta investigação de iniciação científica integra-se à pesquisa interinstitucional ‘Políticas de fomento à produção independente do audiovisual no Brasil: continuidades e mudanças’, que reúne pesquisadores da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia e Universidade Católica de Pernambuco e conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A análise documental neste trabalho consistiu no acompanhamento dos editais lançados como Chamada Pública BRDE/FSA nos anos de 2021 e 2022. Os textos dos editais foram interpretados no sentido de compreender quais produtoras, obras e etapas de projetos foram priorizados para o fomento público. As produtoras selecionadas nos editais foram classificadas por porte empresarial, área de atuação, cidade/estado/região. Seus respectivos projetos, analisados por gênero - documentário, ficção, animação -, duração e temáticas abordadas. Todas as Chamadas Públicas e seus resultados foram extraídos do portal do BRDE e as informações sobre as produtoras e obras do banco de

dados da Ancine, do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) e de matérias publicadas em mídia especializada.

DISCUSSÃO

Como já citado, o objetivo da pesquisa é compreender se a proposta original da política pública - de estimular a produção cinematográfica e videofonográfica nacional, fortalecer a produção independente e as produções regionais, pautadas em inclusão e diversidade, - foi norteadora dos critérios de lançamento das chamadas e se os resultados dos editais refletiram os objetivos e metas do FSA nos dois primeiros anos após sua paralisação.

A política pública para o mercado de produção audiovisual independente no Brasil, proposta a partir de 2003, é integrante do Plano Nacional de Cultura (PNC) e sua operacionalização aconteceu em paralelo a de outros setores culturais, com Leis, Decretos, Instruções Normativas e Regulamentos próprios. Assim sendo, seu desenvolvimento teve como base “tornar a produção acessível ao maior número de pessoas; aumentar a produção e a circulação de conteúdo audiovisual brasileiro e gerar emprego e renda, fortalecendo a cultura nacional”; entre outras questões mais específicas como: “aumentar a venda de ingressos de filmes brasileiros” e “aumentar a exibição de produções audiovisuais independentes nacionais nos canais de TV aberta e por assinatura” (BRASIL. As Metas do Plano Nacional de Cultura, 2012).

O Regulamento do FSA e as Chamadas Públicas foram discutidas e revisadas pelos agentes públicos e representantes da sociedade civil ao longo dos anos com o intuito de reduzir os desequilíbrios na distribuição dos recursos em termos de regionalização, previsão de gargalos nas diversas etapas da cadeia produtiva do setor e inserção de novos produtores independentes. Assim, houve esforços para diversificação nas chamadas quanto às suas destinações e todos os editais já incluem “a promoção da diversidade regional, de modo a assegurar investimentos em projetos de cada uma das regiões geográficas”. (BRDE. FSA, 2021 e 2022). São essas questões gerais que norteiam a discussão desta pesquisa.

Mas, além de critérios gerais de habilitação do proponente/proposta nas Chamadas Públicas do FSA, para a avaliação dos projetos são adotados critérios específicos que consideram: coesão e solidez da narrativa, desenvolvimento do tema e adequação ao

públicos, riscos operacionais para realização da proposta, riscos de mercado relacionados à distribuição da obra e o potencial de circulação da obra em mostras e festivais. Assim, na pesquisa, os critérios específicos dos editais do FSA foram contemplados, principalmente para compreender o lançamento de uma única chamada em 2021, como detalhado a seguir nas conclusões.

CONCLUSÕES

Em 2021, houve uma única Chamada Pública do FSA, distanciando o programa de fomento para a produção audiovisual de qualquer expectativa do mercado independente com relação à contribuição significativa para a retomada do setor. Para ilustrar o cenário de escassez: em 2019, ano antecessor à paralisação da Ancine, foram liberados três editais.

Um fator agravante é que o edital de 2021 foi direcionado para a complementação de projetos. Ou seja, não possibilitou a entrada de novos projetos e foi insuficiente para a demanda do seu período, que contava com mais de 700 projetos paralisados. Além disso, constatou-se que a distribuição dos recursos privilegiou o eixo Rio-São Paulo.

Com base na análise dos resultados e nos critérios deste edital, considerou-se que: (1) as maiores produtoras brasileiras independentes estão no sudeste; (2) estas têm melhores condições contextuais para rápida organização empresarial e gestão dos projetos; (3) foi lançado apenas um edital de complementação. Ou seja, o intuito foi de finalização das obras em curso.

Conclui-se que não houve retomada do fomento em 2021 e que critérios de inclusão e diversidade, apesar de presentes no texto do edital, não nortearam o lançamento da chamada. O critério específico relacionado aos projetos, o de “estruturação físico-financeira: condições de conclusão da obra no prazo, observando estágio de produção, captação, licenciamentos e parcerias efetivadas” (BRDE. FSA, 2021) pode ser apontado como mais relevante e, portanto, a relação entre os riscos operacionais para realização da proposta e os riscos de mercado foram pauta daquele ano.

Em 2022, houve ampliação das chamadas para oito com mais de cento e dez projetos aprovados, com inserção de novos realizadores e produção para cinema, televisão e VOD; produção via programadoras e distribuidoras; coprodução internacional

para cinema. Os editais mantiveram o atendimento aos critérios de regionalização da produção por meio de cotas que garantem que no mínimo 30% (trinta por cento) do valor investido para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e mínimo de 10% (dez por cento) do valor para a Região Sul ou nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os editais para novos realizadores são estratégias importantes da política pública porque viabilizam aos ingressantes a condição de produzir e se destacar no mercado audiovisual brasileiro. Cinquenta por cento do valor do investimento dedicado a este edital são para produtoras brasileiras independentes sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

É possível concluir, portanto, que os editais de 2022 contemplaram a indução regional e o fortalecimento da cadeia produtiva do setor. Pode-se afirmar que houve a retomada do FSA neste ano e que a partir de 2023, o fomento para a produção do audiovisual independente brasileiro tende a compor um cenário em expansão nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ancine. OCA. Disponível em <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca> Consulta em: 22.03.2023.

BRASIL. As Metas do Plano Nacional de Cultura, 2012. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICNCCultura/metas-do-plano-nacional-de-cultura.pdf> Consulta em: 04.03.2023.

BRDE. FSA. Chamada Pública BRDE/FSA 2021: Complementação. Disponível em <https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2022/04/EDITAL-CHAMADA-PUBLICA-BRDE-FSA-COMPLEMENTA%87%83O-2021-Retifica%A7%A3o-2.pdf> Consulta em: 20.02.2023.

IKEDA, Marcelo. O PAPEL DA ANCINE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL BRASILEIRO. Dez 2021 in Extraprensa - Cultura e Comunicação na América-Latina. DOI: [10.11606/extraprensa2021.185388](https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185388)

JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L.SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021

MORAIS, Katia. PRODUÇÃO INDEPENDENTE, MERCADOS DE TELEVISÃO E A POLÍTICA DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL NO BRASIL. Tese, 2019.

MORAIS, K. ; FERREIRA, F. ; JAMBEIRO, O. Fomento à Indústria Audiovisual no Brasil: a visão dos produtores independentes. REVISTA COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA (ONLINE), v. 14, p. 8-24, 2019.